



SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO - SMPE
ATA Nº 03/2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2019

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2019, às dez horas e dezesseis minutos, no Teatro Renascença, localizado na Avenida Érico Veríssimo, nº 307, Menino Deus, Porto Alegre – RS, realizou-se a Audiência Pública nº 05/2019 referente ao PROJETO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA E MELHORAMENTO DO PARQUE DA HARMONIA E DO TRECHO 1 DO PARQUE URBANO DA ORLA DO GUAÍBA, COM EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, nos termos do expediente administrativo nº 19.0.000136373-8 cujo Aviso de realização fora publicado na edição extra do Diário Oficial de Porto Alegre do dia 3 de dezembro de 2019 (8932612) e no sítio eletrônico <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/default.php>, e Regulamento da Audiência Pública nº 05/2019, também publicado no sítio eletrônico supramencionado.

Ato contínuo a abertura dos trabalhos, foram convidados a compor a Mesa Diretora, conforme disposto no item 3.1.1 do Regulamento, o Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas, Thiago Barros Ribeiro, na condição de Presidente dos trabalhos; o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Germano Bremm; o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Cultura, Giovani Tubino; o gerente de projetos do Instituto Semeia, Victor Hugo Costa; e o gerente de projetos da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, Rodrigo Góes.

Após a leitura do Regulamento da Audiência Pública 05/2019, procedeu-se a fala introdutória do Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas, Thiago Barros Ribeiro:

"Gostaria de dizer que é muito importante pra nós da Prefeitura de Porto Alegre, da Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, termos este momento, que não é o primeiro, nós já tivemos algumas reuniões com interessados, de ambos os lados, tanto do lado dos atuais integrantes, acampados, ali do acampamento farroupilha, que tem bastante dúvidas, algumas incertezas em relação ao que a gente planeja para o Acampamento Farroupilha, a partir do momento em que o contrato de concessão for assinado e também pelo lado dos investidores, que também sentem as suas dúvidas, em relação como as formas em que os investimentos serão realizados, as obrigações que nós prevemos no contrato para que eles executem.

No nosso entendimento, momento como esses são extremamente salutares, desde que eles sejam bem aproveitados por todos os participantes. O que nós mais desejamos é receber as contribuições de vocês; contribuições que realmente coloquem o dedo na ferida, apontem os erros a serem melhorados, nos ajudem sim a melhorar o material com contribuições técnicas e contribuições que de fato visem ao maior interesse público. Da mesma forma como nós estivemos abertos a todos aqueles que ao longo deste período se manifestaram e se mostraram interessados em fazer reuniões individuais, e aqui eu vejo na

plateia algumas dessas pessoas que podem atestar isso, nós seguiremos à disposição para fazer esse tipo de discussão. Também depois de hoje, uma vez encerrada a consulta pública, a gente inicia um período de ajustes, de refinamento do material do edital e do material do contrato e dos termos de referência, referentes ao futuro contrato de concessão. Mas mesmo durante este período, a gente continua abertos a manifestações, a contribuições, que venham a melhorar a qualidade do material que está sendo elaborado. Dito isso, eu passo a palavra ao nosso secretário municipal de meio ambiente e sustentabilidade, Germano Bremm".

Em seguida, fez uso da palavra o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Germano Bremm:

"Bom dia a todos, obrigado Thiago, saudar os demais colegas, integrantes da mesa, equipe de parcerias estratégicas que chegou nesse nível de projeto, colegas da secretaria de meio ambiente.... Nós lá na Secretaria de Meio Ambiente temos a responsabilidade de fazer a operação gerencial das mais diversas praças e parques da cidade. Para se ter uma ideia, a gente tem seiscentas e sessenta e sete praças urbanizadas em porto alegre e nove parques, desse número 78 são adotadas e 3 parques são adotados. A gente vem trabalhando bastante com o instituto da adoção do espaço público justamente para qualificar para que a população se aproxime desses espaços, mas é uma dificuldade gigantesca que o poder público tem de fazer a gestão desses espaços. Problemas como insegurança dentro dos parques, furtos, roubos dos mais diversos, então a gente fala, e nós vimos no projeto de revisão do plano diretor, estimulando um ponto de vista urbanístico bem contemporâneo, de qualificar o espaço público, de ter cidade para as pessoas. No entanto a gente tem que refletir que formato a gente pode alcançar essa qualificação dos espaços públicos, de que forma a gente viabiliza segurança nesses parques, de que forma a gente qualifica os espaços públicos, e aqui se viabiliza hoje, aberto a comunidade contribuir, é um instrumento bastante interessante onde a gente pode contar com a iniciativa privada pra nos dar esse suporte e o poder público pode focar seus esforços naquilo que é seu real papel, que é dar as diretrizes e fazer a fiscalização e não se envolver diretamente com a gestão desses espaços. Ali o parque, por exemplo, a gente tem a casa do gaúcho recentemente venceu a questão do permissionário, uma dificuldade enorme, vem sofrendo com furtos lá dentro, e a gente tentando se organizar da melhor forma possível. E como que a gente faz a manutenção daquele espaço? Então é uma dificuldade que a gente tem e se a gente pode, por meio desse instituto que é a concessão, de viabilizar a utilização daquele espaço o ano inteiro e ativar aqui, gerando segurança, um potencial turístico que a gente tem gigantesco da orla, nosso cartão postal, a cidade ganha como um todo e dá um grande passo nessa qualificação dos espaços. Então a nossa contribuição hoje é só nesse sentido, ressaltando as nossas dificuldades enquanto poder público de fazer essa gestão de espaço e inovando essa expectativa. Espero que vocês contribuam para o aprimoramento desse processo. A ideia de ter essa consulta é justamente a gente ouvir as críticas, aprimorar o processo e fazer uma entrega que Porto Alegre realmente merece".

Ato contínuo, fez uso da palavra o Secretário adjunto da Secretaria Municipal de Cultura, Giovani Tubino:

"Bom dia a todos. Bom, estamos falando do Parque Harmonia, o nosso parque que tem uma vocação. Desde o início ele foi pensado para o que temos em setembro, para muitas outras coisas que deixaram de acontecer e, fazendo a meia culpa da Prefeitura, ao longo do tempo o Acampamento Farroupilha foi perdendo o devido espaço e protagonismo dentro da Prefeitura municipal. Mas também dizendo que a partir de uma nova visão, a partir de uma nova ideia de entrega e desoneração do próprio município, vem a concessão para concretizar essa vocação que o parque harmonia tem. Estamos falando da tradição, estamos falando da tradição de termos o acampamento, da tradição gaúcha do centro da capital dos

gaúchos. Então, essa concessão, esperamos nós todos, Prefeitura e acampados, que realmente aconteça para o bem de todos, para o bem do município, para o bem da população geral e para o bem daqueles que fazem o Acampamento Farroupilha que são vocês. As contribuições estão chegando, as reuniões preliminares que fizemos com associações, com investidores e com todos os interessados no parque, elas renderam certamente muito subsídios para que o edital seja à contento de todos nós. A certeza e o objetivo principal de nós todos que estamos aqui, de que o acampamento Farroupilha não fosse prejudicado, não fosse excluído da concessão, isso nós temos garantia. Eu acredito nos contratos e eu acredito nas palavras dadas. E se a palavra dada é de que o acampamento farroupilha está garantido na concessão, da forma como ele vem sendo feito, da forma física que ele vem sendo feito, esperamos que todos vocês se inscrevam para as manifestações porque é muito importante pra nós. Eu acredito na concessão, eu acredito no acampamento e eu acredito no parque harmonia como tradição da cultura gaúcha. Queremos muitas atividades o ano todo lá. E pra isso nós dependemos de vocês também. Não só do concessionário que vai receber o parque pra administrar durante esses 35 anos, porque não sejamos ingênuos, é um investidor, ele vai ter que tirar o lucro ou ao menos o investimento que colocou lá e ele vai necessitar dos senhores pra fazer os eventos o ano todo para que ele tenha receita e que a tradição gaúcha e tudo que nós temos de melhor no estado do Rio grande do Sul cresça com o parque. Creio que todos nós que pensamos no bem do acampamento e no bem do parque estamos aqui reunidos para juntarmos forças para que essa concessão aconteça da melhor forma."

Em seguida, o Gerente do Projeto, Rodrigo Góes, realizou a apresentação técnica do Projeto de Concessão dos Serviços de operação, administração, manutenção, implantação, reforma e melhoramento do Parque da Harmonia e do Trecho 1 do parque urbano da Orla do Guaíba, com execução de obras e serviços de engenharia.

Finalizada a exposição técnica, encerrou-se o período para submissão de manifestações ou questionamentos escritos e das inscrições para manifestações ou questionamentos orais, conforme disposto no item 3.2.4 do Regulamento.

Posteriormente, fez uso da palavra o Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas, Thiago Barros Ribeiro, para a leitura dos questionamentos daqueles regularmente inscritos para manifestações escritas:

"Primeira manifestação escrita - Edson da Silva Fagundes:

1) A garantia física para os acampados está garantida? Para as manifestações culturais, populares, artísticas, campeiras e respectivos recursos financeiros? Como se dará a garantia desses recursos?

Eu vou ler todas, tá? E aí depois, antes de responde-las, eu vou passar para que todos se manifestem, para que a gente não corra o risco, que seria o pior de todos, de alguém não ter tempo de se manifestar. E aí após todas as manifestações, aí sim a gente na medida do tempo vai respondê-las ainda hoje, ou caso contrário, reafirmo que nós faremos a resposta por escrito posteriormente"

Segunda manifestação, Otávio Marcon:

1) Se o edital será lançado somente após o relatório final da consulta pública?

2) Qual a previsão para lançamento do edital definitivo?

3) O masterplan apresentado na solenidade do Paço Municipal integrará o edital e será de cumprimento obrigatório?

Terceira manifestação escrita - Ademir Moraes

- 1) *Tem que mudar a lei*
- 2) *Os valores do acampado*

Quarta manifestação escrita - Rogério Lara

1) *A concessionária terá que implantar eventos em 10 meses no ano, tendo em vista que agosto e setembro estará reservado para o acampamento. Este período é o momento que a concessionária tem para recuperar investimentos, então acredito que deverá conceder um mínimo de condições para os acampados, sem custo.*

Quinta manifestação escrita - Leandro Oliveira

1) *Se no caso da orla vai ter cobrança de condomínio para os bares e restaurantes*

Agora eu vou passar aqui para chamar os inscritos para manifestação oral. Três minutos pra cada um. Assim que a pessoa começar a falar eu vou começar a contar aqui o cronômetro."

Posteriormente fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Vicente Mendes, regularmente inscrito, questionando:

"Bom dia a todos. O meu nome é Vicente Mendes, eu faço parte da comunidade indígena, eu faço parte da comunidade indígena Kaingang, eu sou também conselheiro dos povos indígenas do Rio Grande do sul. A gente que está dentro do estado do Rio Grande do Sul, a gente tem que ter pensado dentro desse espaço cultural, que vocês estão falando de espaço cultural, mas esqueceram de nós, gente. Então eu acho que é inadmissível vocês pensar em um espaço cultural. Vocês falam da cultura gaúcha e a gente tá ali vendo os nossos parceiros, do qual a gente também é parceiro do parque da harmonia, porque de vez em quando a gente acampa lá também né. Então eu acho que quando se fala de cultura, eu acho que tem uma grande dívida com os povos indígenas, e isso vocês estão esquecendo e deixando de lado. Então eu espero que com esse puxão de orelha para todos vocês da sociedade, inclusive para o pessoal da bancada que está aqui, que a gente tá cansado de ouvir cultura. A cultura pra ser viva, você tem que investir no ser humano, você não pode pensar em cultura nessa Brasil, com o que está acontecendo, e você criar prédio e um monte de coisa que não te dá retorno. Outra coisa que eu vou deixar aqui vendo, de fora e de dentro de todas essas andanças nossas, na dívida do Brasil, que a gente tem a questão indígena [indescritível], também sou conselheiro dentro do estado do Rio Grande do Sul, também sou ligado no direito dos índios e direitos humanos, então me envolvo bastante em luta e bastante peleira na questão indígena. Então eu gostaria de deixar uma preocupação minha como conselheiro, de onde é que vai ter fiscalização? Um grande empreendimento que foi shopping ali, não era pra criar prédio e criaram prédio, então quer dizer, essa é a questão gente. A questão é sim, a palavra é muito bonita, muito falada, e eu concordo que tem que melhorar os espaços públicos sim, eu concordo com o que os secretários falaram. A gente não é contra o melhoramento, pelo contrário, a gente é a favor, vamos deixar isso claro, senão vão falar que a gente é contra o melhoramento. A gente não é contra o melhoramento, mas vai ter que ter melhoramento

com responsabilidade. Porque o povo que ta lá hoje, que falaram tanto do nosso pessoal que ta acampado, a gente também acampa durante as festas lá, o nosso pessoal também acampa quando vem a páscoa, o povo vem do interior também acampado e ocupa também o espaço do parque farroupilha. Então eu gostaria de deixar isso né, pra vocês pensarem né, ver o que vocês podem fazer por nós e pelo nosso povo. E que não adianta só criticar, gente, o nosso povo que ta na rua, se não tem investimento. O nosso povo ta miserável porque vocês sabem da história. Vamos começar a mudar essa história, e fazer uma história bacana né? Nós temos parceiros pra ajudar em muitas coisas, nós temos o grafeno indígena que é usado em todas as lidas campeiras né, a gente vê no nosso gaúcho, no nosso povo, que tem muitos gaúchos que estão aqui hoje que também são descendentes de indígenas né, vamos deixar isso claro, e que estão usando o nosso [incompreensível] lá, o nosso galpão indígena também está dentro desse sistema. Então vamos olhar com carinho, gente, tá? E agradecemos vocês, secretário. Queremos ser parceiros desse projeto né, mas não esqueçam o povo indígena que a gente também convive em porto Alegre. Um abraço, desculpa, muito obrigado."

Ato contínuo, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Rodrigo Renzón, regularmente inscrito, questionando:

"Eu sou conselheiro governamental do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e existe a presença aqui do povo Charrua e do povo Kaingang, representados também, e eles vão complementar também as questões que eu vou levantar, e surpreende justamente que não consta do projeto nada referente aos povos indígenas quando o acampamento farroupilha permanece dois meses e os povos indígenas também permanecem dois meses, no mês de março e abril, utilizando esse espaço, embora não façam piquetes e barracas. Por quê? Porque esse é um espaço que dentro da história da cultura de Porto Alegre, é muito importante para os povos indígenas, porque nesse local, não é só agora que os paulistas vêm pra cá. Há quatrocentos anos atrás os paulistas vinham de barco pela lagoa dos patos e trocavam com os indígenas, faziam comercio e trocas com os indígenas nesse local. Então quando foi feito o alargamento da avenida ali na frente do gasômetro, derrubaram um monte de árvores e acharam, com o alicerce de uma casa açoriana, embaixo do alicerce da casa açoriana, tava a cerâmica Kaingang ali. Daqueles Kaingang que vinham aqui e tem essa memória, de nesse local fazer as trocas comerciais. Então existe entre os espíritos desses indígenas, embora vocês não acreditem, que tem espíritos desses indígenas que habitam nesse local e os indígenas vem fazer as trocas comerciais com a cidade, nesse local, durante dois meses. E com certeza os indígenas não tem como pagar e essa infraestrutura pode tirar o espaço deles fazerem o fogo, de ter um espaço onde eles possam estar habitando da sua forma, porque esse é um território internacional, um território onde os indígenas passam dois meses do ano então isso é parte da cultura deles. E se isso não for considerado dentro do projeto, o projeto será um fracasso."

Em seguida, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, estando regularmente inscrito, Silvio Jardim, questionando:

"Muito bom dia aos integrantes da mesa e todos aqui presentes. Eu faço parte da comissão dos direitos humanos da procuradoria geral do estado, juntamente com diversos órgãos públicos, seja nível estadual, seja nível municipal, secretaria do meio ambiente, do trabalho e da ação social, da FASC, todos os anos nós trabalhamos para que esse evento cultural que se estabelece no Parque da Harmonia, notadamente no período da quaresma, ele se realiza da melhor forma possível, e isso foi possível nesse ano que passou pelo décimo oitavo ano seguido. E realmente essa preocupação que foi trazida aqui, é que no projeto esse evento cultural, muito trabalhado e inclusiva porque há uma determinação na constituição estadual, art. 264 §1º, que o poder público estabelecerá projetos especiais para inclusão da cultura indígena no patrimônio

cultural do estado, inclusive há o projeto de lei 487 tramitando na assembleia legislativa com esse escopo. Nós gostaríamos que esse evento cultural fosse contemplado no projeto. Ali num determinado setor, há o acampamento indígena onde há produção in loco do artesanato indígena genuíno, que ele é comercializado no centro da cidade e advém aqui a capital do estado neste período do ano cerca de 500, 600 indígenas com suas famílias e ali se estabelecem. Se estabelecem naquele local não só pela tradição cultural e espiritual, professor Rodrigo trouxe, mas também porque essas condições naturais de sobrevivência, elas são, vamos dizer, disputadas pelos indígenas de uma forma muito dura, muito determinada também pelos índios. Não é somente um aspecto cultural, mas também são condições materiais de sobrevivência que eles vêm buscar na cidade neste período. Os ônibus vêm com recursos próprios das cooperativas, apoiados também pelas prefeituras municipais, e sempre tiveram aqui as presenças indígenas nesse período, pra essa finalidade, com acolhimento do poder público, seja ele estadual, seja ele municipal, então nós estamos postulando que no projeto seja incluído, seja garantida a possibilidade disso, porque nós falamos com muita propriedade que a cultura gaúcha ela é exteriorizada naquele espaço por muita significância, mas a gente sabe também que a cultura gaúcha hoje, do jeito que nós conhecemos, o gaúcho em si, o europeu quando veio pra cá, ele não tinha a cultura do pampa, ele não tinha aquela cultura que se estabeleceu, foi o Humaitá, no primeiro ano, foi o status que nessa integração com o gaúcho, com a integração com o branco, configurou a cultura gaúcha no estado do Rio Grande do Sul. Se não fosse o indígena, não conheceríamos a cultura gaúcha como conhecemos hoje. No entorno aqui da lagoa dos patos, não teriam os açorianos, não teriam sequer porto alegre. Os primeiros açorianos que chegaram aqui aprenderam a viver na sociedade, com a cultura e com o que foi criado, onde beber água, o que caçar, o que plantar. Então nós estamos propondo, e já concluímos, que a cultura indígena melhor seja tratado com aquele valor que vem sendo tratado, seguidamente pelo poder público estadual e municipal, garantindo a presença no parque, com a questão do comércio indígena e do comércio artesanal. Muito obrigado."

Ato contínuo, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Inácio Kunkel, regularmente inscrito, questionando:

"Bom dia a todos. Eu sou um antigo militante em favor dos indígenas do estado. Hoje sou funcionário da Emater, trabalhando na secretaria da agricultura e desenvolvimento rural do estado na divisão indígena. Eu venho aqui colaborar com a minha manifestação para tentarmos também colaborar no sentido de ajustar esse projeto, no sentido das demandas com as quais nos lidamos nesses últimos anos. Primeiro, nós temos um trabalho importante de viabilização de participação dos indígenas na venda de artesanatos pelas feiras no estado inteiro. E um dos locais de grande afluência, de grande demanda, apesar da dificuldade de viabilização concreta e do atendimento da demanda em si, acabou pelo menos até aqui, tendo uma real condição de participação bastante limitada dessas comunidades dentro do parque E soma-se a isso uma significativa dificuldade de, inclusive, dialogar diretamente com o poder público, que me parece que seria bem interessante que se qualificasse melhor esse diálogo, no conjunto do andar do planejamento das atividades, enfim, dos eventos, que viabilize uma presença bastante tranquila e normalizada, e fluida, dos indígenas na participação desses eventos. Evidentemente, isso tem responsabilidade institucional à estrutura pública de forma geral, junto com a organização dos próprios indígenas. Então eu gostaria de levantar esse ponto como um ponto importante, porque pelo que nós estamos percebendo, vai ter um viés bastante economicista e estruturante material. E isso pode, digamos assim, diminuir a atenção para a questão social na medida em que um dos motivos levantados é a depredação do patrimônio público e isso induz a pressupor que haverá também um instrumento de proteção desse patrimônio público através de uma forma mais repressiva e ao mesmo tempo em que a parte econômica social não ter condições de equivalentemente poder contribuir economicamente para garantir a sua participação, poderá inclusive ter

um viés de exclusão daqueles que não têm a capacidade econômica de participação. E nesse grupo, evidentemente os indígenas que não têm uma visão de vida economicista, poderão ter um prejuízo nisso. E aí eu acho que também, outros grupos sociais nessa condição, deverão ser incluídos. E nesse sentido que eu poder público tenha uma preocupação bem significativa em todo o planejamento e mantenha essa responsabilidade de inclusão e de diálogo com essas parcelas sociais que nessa correlação com a iniciativa privada poderão ter uma dificuldade maior em participação. Então esta é a minha contribuição."

Posteriormente, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Eliana Castilhos, regularmente inscrita, questionando:

"Bom dia a todos. Eu vou se um pouquinho mais objetiva porque são bastantes questões.

1) Primeiro, por que o uso da formatação via sociedade anônima e excluir outras formas de participação que incluam ou não sociedades anônimas na composição societária.

2) Um esclarecimento em relação ao capital dessa S.A, se seria de 17.200 milhões ou 27M já que ambos constam nos documentos publicados.

3) Por que não foi mencionado em nenhum local a utilização do instrumento de seguro garantia pra instalações e toda infraestrutura do parque que a concessionária vai ficar responsável.

4) A concessionária fatura as receitas a partir exclusivamente das vilas temáticas, casa do gaúcho e churrascaria, pois os documentos também falam em implantar churrasqueiras e mobiliário urbano para utilização pública da área do acampamento ao longo dos outros meses.

5) Qual foi a base para determinação dos atestados técnicos solicitados pra concessionária?

6) O caderno de encargos fala sobre obras no trecho 1 da orla, mas várias vezes foi manifestado que não vão ser realizadas novas obras no trecho 1 da orla. Então o que exatamente seria isso?

7) Considerando que a orla antes ela não existia com um público consolidado, foram feitas as obras e ela se consolidou com sucesso e com o público. Se o poder público mensurou o impacto desse público consolidado nas operações da churrascaria e se já foram feitas alterações em relação ao contrato com esse permissionário.

8) Sobre as vilas temáticas, as apresentações em geral falam sobre cinco vilas temáticas, mas o caderno de encargos determina como mínimo apenas duas e de 1500m² divididos em dois números e se isso de certo modo não é insuficiente haja vista que a formação do povo gaúcho, ela é muito mais ampla e contempla inclusive os povos indígenas, mas não só isso, africanos, açorianos, espanhóis, italianos, alemães e uma série de outros povos, porque no momento que fala das vilas temáticas fala de ter padronização arquitetônica, então acho que não conseguiríamos misturar estilos e aí dificultaria fazer essa vinculação das diferentes etnias que compõe formação do povo gaúcho.

9) Em relação ao número de piquetes, é considerado uma área de 60.000m² para a utilização, e se a gente considerar uma média de 100m² por piquete a gente estaria falando de 600 piquetes, mas em 2019 o acampamento contou com cerca de 365 piquetes, pelo que eu olhei no mapa do acampamento. Então, a prefeitura está projetando o incremento no número de piquetes ou implemento da metragem quadrada.

10) Como foram projetados na composição econômica eventuais prejuízos do acampamento visto que seguidamente, na própria apresentação, é mencionado prejuízo de pouco mais de duzentos mil reais.

11) Também a questão dos eventuais prejuízos causados pelos piquetes, não fica muito claro porque fala sobre a não disponibilização do espaço no ano seguinte, mas será que não deveria ter uma penalização

um pouco maior para a pessoa que não respeita o espaço.

12) A questão do rodeio de março, como ficou? Esse evento ele vai ser eliminado do calendário?

13) E, a questão da churrascaria e da casa do gaúcho, eles têm ou alguma vez tiveram alvará e PPCI válido par funcionamento?

14) E a minha última questão do PPCI, que é responsabilidade, os custos da concessionária, mas os documentos falam que a contratação vai se dar pelo grupo, por essa comissão especial, mas como é que a concessionaria vai ser responsável por um serviço que ela não contrata? A menos que ela seja responsável por contratar e garantir o PPCI".

Em seguida, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, estando regularmente inscrito, Walmir Pereira:

"Bom dia a todos os presentes. Bom, a minha contribuição vai nesse sentido do que já foi trazido anteriormente com relação sobre os povos indígenas, eu integro também o conselho estadual dos povos indígenas, como conselheiro e sou sociólogo e antropólogo na secretaria estadual da cultura, mais precisamente no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. A rigor, acho que a gente precisaria pensar nesse projeto também nessa contribuição dos povos indígenas para além desses dois meses. Foi trazido aqui de que de fato existe uma sazonalidade indígena que está em porto alegre em [indescritível] março e abril, mas a gente tem famílias e conjunto de coletivas indígenas no município de porto alegre, que está presente durante todo o ano. Acho que isso poderia ter importância e ser levado em conta nesse projeto. Nesse sentido, mais do que já foi levantado com relação a março e abril, o projeto ganharia essa estrutura se tivéssemos a possibilidade de termos atividades culturais, atividades educativas dos povos indígenas do Rio Grande do Sul durante todo ano, inclusive com a presença e com a participação, de que o espaço cultural não fosse traçado por um nome cultural, um acampamento, uma perspectiva da tradição gaúcha vinculada um único segmento. Acho que seria bastante importante se nós tivéssemos essa abertura para incorporar essas diferentes visões de uma sociedade que é cultural dos indígenas, dos africanos, como já foi citado aqui, e de outros povos imigrantes que constituem. O Rio Grande do Sul é um dos lugares mais diversos culturalmente no país, e a capital abriga essas várias identidades. Por fim, mas não menos importante, pensar essa presença indígena na cidade de porto alegre com diálogo de trocas, de saberes, de conhecimento, mas sobretudo de reconhecimentos desses patrimônios culturais indígenas ao longo do tempo. Não são povos do passado, são povos do presente e que tem direito a existência, direito humano, a comercializar e a viver conforme seus costumes e tradições, mas também a se relacionar com seus parentes e com seus iguais e com a cidade. Acho que é um lugar de pertencimento indígena esse espaço farroupilha. E ao mesmo tempo de pertencimento entre os próprios coletivos da cidade. Nesse sentido, eu penso que seria bem importante trabalhar o projeto nesse sentido, já que há a perspectiva da utilização animal, nada mais justo do que incorporar a contribuição indígena ao longo do ano e não somente nesses dois meses".

Posteriormente fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Irma kemin:

"Meu nome é Iva, eu sou moradora da Lomba do pinheiro e eu tô aqui como representante porque eu trabalho no Parque Harmonia. E eu tava ouvindo falar sobre as coisas e vocês não lembraram de nós. Vocês têm que lembrar da nossa tradição. Vocês têm que lembra porque nós somos índio, mas tem que ser respeitado. Eu falo porque eu vivo isso. Nós sempre somos humilhados pelas pessoas e a gente tem que... que nem, a gente tem que lutar pra ter um espaço legal. E eu gostaria que vocês vissem isso antes e que tivesse uma visão da nossa presença ali. Ta?".

Em seguida, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral Édson da Silva Fagundes:

"Bom dia as autoridades, bom dia plateia. Minha manifestação é em relação a... Algumas coisas estão garantidas com espaço físico, a questão financeira para fazer as questões em relação as atividades que a comissão determinar. Mas e aí quem é que vai ser o mediador desta [incompreensível]. Porque de um lado temos os sonhadores e do outro lado temos o pessoal com recurso financeiro. E daí tem um mediador no meio, que eu ainda não consegui ver como é que é que a gente vai garantir essas questões. A questão da cultura, durante o ano todo, a questão da cultura popular que é o projeto, e eu quero parabenizar vocês pela iniciativa do projeto né, de fato está disponível o ano todos para os porto-alegrenses, para os visitantes, para os turistas. Pra esse parque da harmonia, o nosso parque. Acredito que as construções, as edificações permanentes vão dar condição para que as ações sociais. Os eventos que acontecem no parque, terão mais qualidade e maior prestação de serviço para as pessoas que visitam o parque. Acho que é importante fazer essa construção porque cada vez que a gente faz um evento lá, a gente deixa um pouco de sujeira, deixa e ainda não terminamos, porque não entregamos o parque ainda né, o movimento tradicionalista gaúcho ainda não entregou os parques para os porto-alegrenses, ainda temos estrutura lá pra remover, mas aquilo que a gente faz, a parte elétrica, água, termina nos gastando e investindo em n fica para os porto-alegrenses, Acho que as edificações permanentes isso fica para os porto-alegrenses, para os usuários do parque, na hora que o pessoal dos gaúchos fazendo o acampamento farroupilha, quando tem as comunidades indígenas ou quando tem outra ação popular dentro no parque. Acho que é isso o importante, mas me preocupa muitas vezes de como que a gente vai organizar e quais são os interesses, de um lado financeiro para captação de retorno do cenário e e como que ficam essas outras culturas populares dentro do ano todo".

Em seguida, fez uso da palavra o Sr. Cleonilson Moraes Almeida:

"Olá, bom dia a todos. Só três minutos é pouco pra falar dessa grande história do parque harmonia, mas vamos tentar. Vou ser mais objetivo e vou direto no assunto da questão dos piquetes. O pagamento das taxas pelos piquetes Quero dizer que eu estou lá desde a primeira edição do acampamento farroupilha, no chamamento da prefeitura municipal, chamava-se uma campanha "venha acampar no parque" e nós atendemos esse pedido da prefeitura e fomos lá acampar Começamos e iniciamos o processo do acampamento farroupilha. Iniciamos acampando com lonas e depois com os galpões, que hoje é esse sucesso de público de visitação de um milhão de visitantes. Ou seja, os piquetes que estavam lá desde o primeiro momento, sem infraestrutura nenhuma, sem água, sem luz, nos levávamos tudo isso. Fizeram com que a festa chegasse 33 anos depois nesse momento onde tem um milhão de visitantes. E a prefeitura sempre então depois passou a colaborar coma algumas coisas, fornecendo a água, fornecendo a luz, fornecendo a coleta de lixo. Ok. Agora, há três anos atrás eu tenho certeza que o prefeito Marchezan não foi pelo gosto dele, mas por uma questão óbvia que não tinha mais dinheiro, ele foi obrigado então a fazer com que os piquetes pagassem, esses serviços. E aí então nós começamos a fazer uma vaquinha para pagar esses serviços que não estão no parque permanentemente. Ok, chegou esse momento dessa implantação desse novo projeto, que tenho certeza vai ser um sucesso. Vai melhorar a orla, vai melhorar a cidade, uma série de coisas. Então ali, como está na minuta, nós devemos continuar pagando isso totalmente inadequado, não podemos pagar isso. Isso foi feito uma vaquinha agora de emergência para manter. No momento que a empresa chegar lá e tiver as questões estruturais permanentes, ora, é só aos piquetes. Não podemos mais pagar essa conta. Os piquetes gastam muito pra ir pra lá. Não podemos ser penalizados com toda essa história que foi construída por nós. Então peço que essa questão seja olhada. A comissão especial também. A comissão nunca funcionou de maneira adequada. Nunca funcionou. Por que

ela depende de um ato do prefeito, em determinado momento, e da boa vontade política do o prefeito, enfim, mas nós sempre tivemos a notícia de que ela nunca foi dita, por exemplo, que em março ela deveria ser estabelecida. Nunca foi em março. E nos últimos anos nos temos visto a nomeação da comissão especial acontecer em julho. Isso é uma dificuldade bárbara. Além do quê, a comissão especial, como constam vários órgãos que não estão ligados a questão cultural, são órgãos que enfim, o IGTF por exemplo, qe consta, mas já foi eliminado, já foi extinto. Então não tem. Essa comissão precisa ser refeita. E sugiro colocar um outro nome nela. E uma comissão que seja permanente. Uma comissão que tenha uma permanência de 5 anos, por exemplo, aí já vai trabalhar com a concessionaria antecipadamente né, todas as questões que envolvem acampamento, e não precisar dar nomeação do Prefeito".

Posteriormente fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Sergio Senke, questionando:

"Bom dia para a mesa. Meu nome é Sergio Senke, sou cacique na aldeia do povo Charrua, do conselho dos três charruas, do estado do Rio Grande do Sul. Sou atleta paraolímpico e o caso é assim: existe um projeto tramitando dentro da secretaria de cultura do estado e dentro da prefeitura, de uma caça dos povos tradicionais que continha, povos indígenas, povos de matrizes africanas e outras etnias advindas da Europa aqui. Então esse projeto é uma causa, seriam várias caças dentro do parque em uma amostra da cultura. Eu vou dar um dado histórico: quando os primeiros açorianos chegam aqui, de Ponta grossa a são parque, quase o gasômetro. Existe uma carta dos historiadores daqui, de um marinheiro falando esse encontro dos açorianos com os índios de roupa. Entonces é assim: em 2010 a aldeia paradoro, em nome da cacica [áudio incompreensível]".

Posteriormente fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Cacica Acauabi, questionando:

"Bom dia a todos e a todo mundo que está aqui [indescritível], para os nossos irmãozinhos que estão na mesa, as autoridades. Bom dia aos nossos irmãos aí também. Aqui está, o meu nome é Aquabê, sou a cacica geral do povo charrua do Rio Grande do Sul. Aqui estamos entre dois charruas. Eu e meu irmão Sérgio Senac [indescritível]. Nós levantamos bandeira, nós já era reconhecido por nós, pelo idioma, cultura, pela planta, idioma, comida típica, fumo típico, e nós fazemos trilha com o nosso [indescritível] e graças ao deus, muitas vezes, as pessoas que não entendem, dizem assim: "mulher, cacica geral?" Mas não fique com ciúmes ô zoiudo, porque eu sou cacica com muita gloria em Deus porque eu sou feliz, sou do meu povo Charrua e aqui nós estamos com os nossos parentes Kaingang. E eu não sei se ta os nossos parentes Guarani, uma coisa eu vou dizer: muitos tentaram derrubar nós, na época em que tava nós lutando em Brasília, na época do Márcio Neida. Eu invadi vários parques... Eu digo invadi pra ficar bonito, mas não é questão de bonito, é ocupar o meu espaço. Eu invadi vários parques de governo que eu não vou falar o nome, e também o parque do finado Chávez da Venezuela e também aqui no Parque Harmonia eu fui a construtora do espaço tchê e meu irmão sério, polvo, fizemos o espaço tchê que abrigou muita gente doente, tanto do brasil quanto pessoas de fora do Brasil, médico. Eu fui a construtora do Espaço Tchê. Eu tenho o jornal, como mostrar pra vocês. Nós sempre tivemos o galpãozinho sagrado ali. N[os somos um dos primeiros que botamos galpão, não barraquinha, e eu me lembro muito bem que invadiam, não que invadissem porque é normal cair chuva mesmo, e molhou toda as nossas cobertas e aí eu fui pra Prefeitura e recebemos cobertas, recebemos ali, e ali nós e sempre fizemos a nossa comidinha, dentro do galpão, fazendo os artesanatos e também mostrando as dança, artesanato, as plantas.... Plantas, eu não sou só cacica, eu sou pajé, eu sou xamã, e trabalho também com ponto, ponto do teu estomago, qualquer ponto, de qualquer mão eu pego o número 1, dois dedos abaixo do emprego é nome 2,3 e 4. Eu examino e

eu descubro se é batida, quando bateu assim de mesa, poderá ter criado uma bola, poderá ser bola de gordura, poderá ser bolinha de mulher grávida que será outro formato, poderá ser a fezes, a fezes, nossa, espera um pouco. [...] E também eu vou cobrar feio vocês tudo. O gaúcho que utiliza aquelas peças é 100% do meu povo charrua, dos meus antepassados, que tem que ser respeitado. Os charruas não são convidados pra muitas questões, muitos eventos, muitos fóruns, então tem que ser respeitado. E outra, pra encerrar a conversa, vocês irmãos brancos, vocês são parentes do povo charrua e são e fico muito orgulhosa, mas que apoiem o povo Charrua".

Ato contínuo, fez uso da palavra para manifestação ou questionamento oral, Ademir Machado:

"Bom dia a todos. Pessoal, a gente quer parabenizar a secretaria pela iniciativa, nós estamos trabalhando nesse projeto junto com eles, aprendendo algumas coisas, tentando ajudar em outras coisas. O Giovani Tubino, nosso companheiro de Acampamento Farroupilha já de muito tempo, e a gente quer parabenizar a iniciativa e dizer que temos a obrigação de devolver o parque harmonia pra comunidade de porto Alegre. O parque não pode mais continuar como é hoje, como está, atirado as traças, pós evento fica jogado lá, um gestor que se compromete e assina um termo com a prefeitura, mas não cumpre. Já existe uma PP do parque da Harmonia há muitos anos não declarada, de uma forma velada, porque o poder público juntamente com o gestor faz uma situação público privada. Só que o gestor quando assume o parque, ele não presta conta, deixa o parque atirado, vende o valor do estacionamento a 50 mil reais que fatura no mínimo um milhão, então nós somos totalmente favoráveis à concessão do parque, e pra que todos tenham direito, todas as etnias, o branco, o preto, o índio, o alemão, o italiano, todos tem direito ao parque e que não fique restrito apenas a uma comunidade. Então nós, a Associação dos Acampados, nós somos favoráveis à concessão e as nossas contribuições, secretário, nós já colocamos no site da prefeitura e pra não te tomar tempo aqui deixamos lá todas as contribuições, eu só tenho um lembretezinho aí que é a troca da lei, que nós já havíamos conversado e a questão dos acampados. O acampado, pra quem não conhece o acampamento farroupilha, o acampado é o autor principal do acampamento farroupilha, não é de graça que todos brigam lá dentro pra fazer a gestão do acampamento farroupilha. Nós acampados geramos uma receita, de nó mínimo, 30 milhões para o acampamento farroupilha. Trinta milhões, gente. É só pegar cada piquete e ver quanti cada um gasta no seu piquete e aí vamos ver. O meu piquete é um piquete pequeno. Nós giramos em torno de 30 mil reais, entre carne, carvão e outras coisinhas que a gente faz lá. Então vocês multipliquem por 364 piquetes e vocês vão ver o quanto fatura uma loja lá dentro. Então o concessionário que pegar, tem a obrigação de nos dar toda a infraestrutura pra nós acampados. Nós acampados somos a peça fundamental. E se alguma concessionária quiser ganhar dinheiro dentro do parque harmonia, ela tem que contar om os acampados. Sem os acampados ela vai dar um tiro nos pés, pode ter certeza disso. E a cultura indígena, dos charruas, dos irmãos, a gente já fez a gestão do parque e quando fizemos o galpão dos charruas, nós fizemos a gestão em 2012 e a gente sempre teve um carinho especial com os indígenas. E temos que ter também os negros, os italianos, os alemães, os praianos, os serranos, toda a fronteira. Então secretário, para não tomar mais o seu tempo, só quero uma coisinha Secretário, por favor, cuidado quem vai aparecer para se habilitar para essa concessão do parque. O cais Mauá ta aí e todos sabem o que aconteceu no cais Mauá. Apresentou uma empresa e ela pegou uma cartinha e foi captar dinheiro no mundo, eles não tinham nem endereço, nem CEP, então secretário, por favor, só vamos cuidar isso. Obrigado e que nós tenhamos sucesso o mais breve possível. O nosso parque ta atirado e continua atirado ainda".

Ato contínuo a finalização das manifestações orais regularmente inscritas, passa-se a palavra ao

Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas, Thiago Barros Ribeiro:

"Nós temos ainda vinte minutinhos. Eu vou dar uma passada geral e depois eu vou abrir caso alguém aqui queira se manifestar também. Antes disso eu gostaria de enfatizar que seria muito importante que as manifestações, sobretudo essas mais objetivas, que realmente tem uma proposta pra melhorar o modelo e pra modificar também, que elas sejam até o fim do dia de hoje colocadas diretamente no nosso site por meio do formulário da consulta pública, porque por mais que nós tenhamos registrado, e tudo está sendo gravado, a gente sabe que na manifestação oral nós não conseguimos atingir o mesmo nível de detalhamento que nós conseguimos escrevendo exatamente.

Entrando primeiro nessa questão dos povos indígenas, de fato, não há no material que foi publicado algum parágrafo, alguma cláusula que expressamente coloque como obrigação da concessionária durante determinado que enfatize a importância e a obrigatoriedade de se realizar algo relacionado a valorização da cultura indígena. E eu não vejo nenhum problema em trabalharmos nas minutas pra que isso seja incluído lá. E até porque eu acho que, também, como vocês bem disseram, isso se identifica totalmente com as outras culturas, tradições, que são aquelas que a gente apresentou aqui.

Sobre a questão trazida pela Eliana, a respeito das vilas, o que está disposto no material é uma obrigatoriedade de no mínimo duas e a concessionária seria livre para implantar quantas quisesse desde que respeitando o espaço previsto pra montagem disso no edital. Esse masterplan que a gente coloca aqui ele é simplesmente indicativo. Nós colocamos cinco ali porque foi o que nos pareceu razoável buscando atender todas essas diferentes linhas, digamos assim, de tradições do estado. Porém, já recebemos contribuições no sentido de "por que não abrir a possibilidade de ao invés de ter duas, três, quatro, ter uma grande vila sem essa necessidade de arquitetura absolutamente padronizada, porque aí numa vila maior você faria meio que uma mini cidade e poderia ter os diferentes tipos de cultura, inclusive os indígenas, todos nesta grande cidade a ser feita para o Parque Harmonia. Então foi uma contribuição que nós recebemos e que vimos com muitos bons olhos. É muito provável que o material que vá sair tenha essa alteração.

O faturamento da futura concessionária não é apenas com as vilas, existe a possibilidade de realização de eventos temporários no parque, sendo a única obrigação que esses eventos passem por todo o processo de autorização a SMDE. E deve, ainda, haver algum tipo de limitação de número máximo de eventos ao longo do ano, que devem estar associados a questão das tradições e da valorização do Rio Grande do Sul, então os eventos tem que ter este caráter. E a fonte de faturamento não fica restrita as vilas.

Numero de piquetes, inicialmente nos não trabalhamos com a ideia de aumentá-lo, a gente inclusive prevê o espaço para que haja possibilidade de eventuais alterações nos tamanhos de acordo com a necessidade tanto dos acampados, tanto da concessionária. Isso vai ser acordado pós contrato, mas não trabalhamos com a hipótese de aumentar, até porque o número que existe hoje já é bastante grande. Até pode haver alteração, mas a própria realidade do acampamento ao longos dos anos é que vai dizer isso.

Em relação a riscos associados a eventuais depredações dos espaços ao longo do período do

Acampamento Farroupilha, a princípio, esse é um risco da concessionária. A princípio, o que acontece, é que esse comitê gestor, comissão especial, vai ter um papel importante na determinação das atividades e da organização espacial do acampamento, mas a relação tanto de provisão da infraestrutura que vai ser recebida por esses acampados quanto depois de punições, no nosso entendimento hoje, é algo que tem que ser negociado entre concessionária e acampados. O que não significa, obviamente, que os acampados podem estragar os espaços e sair sem nenhum tipo de punição caso façam isso.

Os atestados técnicos, não só neste caso, mas em todas as concessões, nós sempre procuramos estabelecer parâmetros que ao mesmo tempo que garantam algum tipo de expertise pregressa, algum tipo de conhecimento técnico para a gestão daquele espaço, independentemente de ser um parque, um mercado público ou de iluminação pública, porque nada pior pra sociedade do que a gente fazer um contrato e aí assumir este contrato alguém que não tenha condições de gerir e dali um ano ou dois ele devolve o contrato e lá estamos nós de novo preparando todo o edital para uma nova licitação. Por outro lado, nós também buscamos não restringir a concorrência, não jogar parâmetros inatingíveis, caso contrário nenhum candidato poderia atingir todos aqueles parâmetros. Esse não é um trabalho simples, acredito que até agora nos temos sido bem sucedidos, todos os nossos editais até agora tem recebido muitos concorrentes e a grande maioria deles muito capacitados, mas é uma questão que também estamos abertos a sugestões, mas houve sim uma lógica por trás do estabelecido para os atestados técnicos.

A churrascaria e a Casa do Gaúcho, elas fazem parte do escopo de recuperação do parque, e aqui eu faço um parênteses importante que vale também para os bares e restaurantes da orla. Todos os equipamentos e estabelecimentos que hoje contam com algum tipo de permissão de uso pela Prefeitura, e essa permissão de uso de alguma forma invade o período contratual da nova concessão, será atribuição e obrigação da concessionária firmar contratos com todos esses e que respeitem exatamente as mesmas condições previstas nos atuais termos. Uma vez encerrados esses termos, a ideia que nós trabalhamos hoje é que a partir daí a negociação é privado x privado entre a concessionária e os atuais permissionários que, então, serão locatários.

Em relação ao PPCI, que foi o último ponto aqui que eu registrei, isso já foi trazido também em outras contribuições e, a princípio, faz sentido imaginar que primeiro, o custo dele e a responsabilidade por ele fique com a concessionária, de maneira ampla. E de toda forma, o PPCI vai ser necessário tanto para o parque quanto para o Acampamento, então não é razoável a gente dispor de só um desses PPCIs no contrato e deixar o outro sem uma definição clara. A ideia é que a gente delimite de maneira mais clara e sem espaço para zonas nebulosas porque isso aumentaria o risco de a concessionária ter de custear alguma coisa pré-estabelecida pela comissão. Esse arranjo todo que passa da organização desde a questão do PPCI, mas também a organização das atividades culturais e do financiamento das atividades culturais é algo que vai ser mais refinado e, também, mais uma vez reforço que as contribuições de vocês por meio dos documentos são muito bem vindas.

Em relação as taxas de água, no material que está hoje disposto, a gente coloca que a taxa atual que gira em torno de 800 reais, ela não seria paga e em contrapartida haveria o pagamento individualizado das contas de água e luz. Existe uma outra possibilidade que já foi trazida pra gente, que seria a de recuperar uma taxa porque seria operacionalmente impossível estabelecer ligações individuais pra cada um dos piquetes e que conseqüentemente, ao exigir isso no contrato, indiretamente nós estamos passando pra

concessionária já de imediato a obrigação de pagar todas as contas, porque ela nunca vai conseguir fazer isso. É outro ponto que quanto mais contribuições vierem, melhor para refinarmos o modelo. Só é importante destacar que não tem como o uso do Acampamento Farroupilha ser absolutamente gratuito para os acampados. Da mesma forma como não é hoje, ele vai continuar não sendo. Agora, não projetamos de maneira alguma que os acampados tenham de pagar mais do que eles pagavam nos últimos anos ou tenham de passar por situações inusitadas que passaram, como a realização do acampamento as pressas.

Sobre todos os pontos, entrem no nosso site, preencham o formulário, deixem claro as dificuldades de hoje, porque a partir daí, a partir de hoje quando a gente fechar a consulta, a gente vai começar esse refinamento de todo o material para chegarmos em um modelo melhor do que já temos."

Por fim, a Mesa Diretora proferiu agradecimentos e, na ausência de novos interessados em se manifestar, declarou encerrada a Audiência pública nº 05/2019 às doze horas e vinte e sete minutos.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna de Fraga Tomé, Servidor Público**, em 28/04/2020, às 10:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Barros Ribeiro, Secretário Municipal**, em 28/04/2020, às 10:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **10202465** e o código CRC **644CFC2E**.